**ARMAFER SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA,
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 544336**

A empresa **Armafer Serviços de Construção Ltda**, estabelecida na cidade de Ananindeua, com CNPJ **42.189.050/0013-42** e inscrição na Secretaria de Fazenda do Estado do Pará n.º **15.231.630-2**, torna público o extravio de seu Livro Fiscal o RUDFTO - Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrência n.º 01 com data de abertura de 14/04/2003, conforme Boletim de Ocorrência n.º **00277/2013122434-8** de 13.06.2013.

**PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES – PMV
PORTARIA Nº 07/2013-PMV, DE 14 DE JUNHO DE 2013**

Declara a relação dos municípios aptos a receberem a prioridade prevista no Decreto nº 740, de 29 de maio de 2013, que dispõe sobre o apoio e incentivos aos municípios que atendem as metas do Programa Municípios Verdes – PMV.

O SECRETÁRIO EXTRAORDINÁRIO DE ESTADO PARA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA MUNICÍPIOS VERDES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 138, II, da Constituição do Estado do Pará, na Lei 7.543, de 20 de julho de 2011, no art. 7º do Decreto nº 54 de 29 de março de 2011 e pelo Regimento Interno do Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes – COGES/PMV:

Considerando que o Decreto Estadual nº 740, de 29 de maio de 2013, publicado no Diário Oficial do Estado nº 32.409, de 04 de junho de 2013, dispõe, em seu art. 2º, que a coordenação do Programa Municípios Verdes publicará a relação dos municípios aptos a receberem a prioridade prevista neste Decreto, devendo estabelecer os entendimentos necessários junto aos órgãos públicos estaduais para seu cumprimento;

Considerando que o Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes - PMV, por meio da Resolução COGES/PMV nº 01/2012, estabeleceu metas a serem cumpridas pelos municípios participantes do Programa;

Considerando o Termo de Compromisso firmado pelos municípios paraenses perante o Ministério Público Federal - MPF, prevendo metas para o controle do desmatamento e avanço do Cadastro Ambiental Rural - CAR-PA, de modo semelhante às metas fixadas pelo Comitê Gestor do PMV;

Considerando que o Comitê Gestor do Programa Municípios Verdes - PMV, reconheceu que os municípios de Paragominas, Dom Eliseu, Ulianópolis e Santana do Araguaia, cumpriram todas as metas exigidas na Resolução COGES/PMV nº 01/2012, encontrando-se, desta forma, aptos a receberem todos os benefícios previstos no PMV;

Considerando que os municípios cumpridores das metas fixadas pelo Comitê Gestor do PMV e pelo Termo de Compromisso firmado perante o MPF possuem maior grau de ordenamento e gestão ambiental, a realização do pacto contra o desmatamento ilegal, atingindo significativos avanços na redução e controle do desmatamento, bem como na cobertura de seu território pelo CAR-PA;

Resolve,
Art. 1º Declarar que os municípios descritos no Anexo, desta portaria, encontram-se aptos a receberem a prioridade dos órgãos estaduais na aplicação dos recursos públicos decorrentes de programas, projetos ou investimentos que estimulem o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTINIANO DE QUEIROZ NETTO

Secretário Extraordinário de Estado para
Coordenação do Programa Municípios Verdes

ANEXO ÚNICO

Paragominas
Dom Eliseu
Ulianópolis
Santana do Araguaia

**S.A. AGRO PASTORIL GRUPIÁ
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 542967**

CNPJ/MF 05.091.137/0001-12 | NIRE 1530000819-1
CONVOCAÇÃO - Na condição de acionista majoritária e considerando a inatividade da Companhia desde outubro de 1992 e a renúncia em massa de conselheiros e diretores, Granjas 4 Irmãos S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio, sociedade empresária inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.091.137/0001-12, convoca os demais acionistas da Companhia a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se às **8h30min do dia 29 de junho de 2013**, na cidade de Belém do Pará, PA, excepcionalmente na sala de convenções do Hotel Sagres, localizado na Av. Governador José Malcher, n. 2.927, uma vez que a convocante não dispõe de acesso ao imóvel em que localizada a sede estatutária da Companhia, para tratarem sobre a seguinte ordem do dia: (1) deliberar a proposta de dissolução da Companhia, nos termos do art. 206, I, "c" da Lei 6.404; (2) caso aprovada a proposta do item 1, deliberar sobre a manutenção do Conselho de Administração e nomear seus membros, se for o caso, nos termos do art. 208 da Lei 6.404/76; (3) caso aprovada a proposta do item 1 e deliberando os acionistas não manter o Conselho de Administração, deliberar sobre a nomeação de

liquidante, nos termos do art. 208 da Lei 6.404/76; (4) caso aprovada a proposta do item 1, deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; (5) caso aprovada a proposta do item 1, fixar o montante da remuneração do liquidante e dos administradores; (6) caso aprovada a proposta do item 1, deliberar sobre o acréscimo da expressão "em liquidação" à denominação da Companhia; (7) deliberar sobre a recomposição dos livros societários da Companhia; (8) caso aprovada a deliberação do item 7, deliberar sobre a composição dos mesmos; e (9) deliberar sobre a transferência da sede para a cidade de Porto Alegre, RS, na Av. Carlos Gomes, n. 328, conj. 711, sala "d", Bairro Auxiliadora, CEP 90.480-000.

Porto Alegre, 13 de junho de 2013. Granjas 4 Irmãos S.A. Agropecuária, Indústria e Comércio

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 544383
SETOR DE PROCESSOS DA OAB/PA**

CONSELHO SECCIONAL

ACÓRDÃO: Nº 012/13. PA 028/12. Requerente: **S. C. B. B. (OAB/PA nº 9945)**. Assunto: Pedido de Providências em face do comportamento e atitudes por parte dos Policiais Militares do Grupamento de Choque da Polícia Militar do Estado do Pará, TENENTE EULLER CUNHA, SARGENTO M. RÊGO E CABO REIS.

EMENTA: Pedido de Providências – Desagravo – Prerrogativas Violadas – Intervenção do Conselho Seccional perante a Corregedoria da Polícia Militar e Ministério Público Militar. Comprovado que os direitos e prerrogativas dos Advogados expressos nos art. 6º e 7º da Lei nº 8.906/94, traduzindo as condutas e situações que tem o escopo de resguardar o livre e regular exercício da advocacia, foram violados, deve a Seccional da OAB/PA acompanhar a Representação e tomar as medidas cabíveis contra a autoridade que violou as prerrogativas. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Conselheiros integrantes do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Pará, conhecer do Pedido de Representação, para: 1) Por unanimidade, dar provimento, no que tange o pedido de providências e publicação de nota de desagravo público a Advogada e moção de repúdio a conduta dos militares mencionados nos autos, e ainda, o acompanhamento desta OAB/PA na Representação contra os Requeridos junto a Corregedoria da Polícia Militar do Estado do Pará, com o fito de apurar a conduta dos policiais militares mencionados no autos; 2) Acolhido como parte integrante do voto, a manifestação dos Conselheiros Eduardo Imbiriba de Castro e Ivanilda Barbosa Pontes que solicitaram o encaminhamento de um expediente ao Corregedor Coronel Manoel Braga, para que informe o que está acontecendo com a apuração; 3) Acolhido ainda como parte integrante do voto, a manifestação do Conselheiro Luiz Paulo de Almeida Zoghby, o qual sugere que todas às vezes que ocorrerem fatos análogos que fossem mandados dois expedientes, um para o Governador, que é Chefe Supremo da Polícia Militar e outro para a Promotoria Militar; e, 4) Negado provimento por maioria, a teor da manifestação do Conselheiro Antônio Cândido Barra Monteiro Britto, quanto a inscrição das autoridades em questão, no Cadastro das Autoridades Violadoras dos direito e prerrogativas, mantido por esta Seccional, em face da falta de regulamentação. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 02/04/2013. Jarbas Vasconcelos do Carmo – Presidente da OAB/PA. João Jorge Hage Neto – Conselheiro Relator da OAB/PA.**

ACÓRDÃO: Nº 013/13. PA 111/10. Requerente: **J. J. H. N. (OAB/PA nº 5916)**. Abuso de Autoridade. Atos praticados por integrantes da Polícia Militar do Estado do Pará com o objetivo de intimidar o livre exercício da Advocacia. Violação às Prerrogativas Profissionais. Concessão do Desagravo Público e adoção das medidas previstas em lei para apuração da conduta dos Representados. Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros da OAB/PA, por unanimidade de votos, pela concessão do desagravo público em favor do advogado ofendido; bem como ao conjunto da Advocacia Paraense, adotando contra os representados as medidas previstas no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como demais providências legalmente estabelecidas, sobretudo formalização de representação às Corregedoria da Polícia Militar do Estado e notícia *crimínis* ao Ministério Público Militar do Estado do Pará, sem prejuízo da ação judicial por danos morais coletivos e demais consectários legais, nos termos do voto do relator. **Sala de Sessões "Aldebaro Klautau", em 01/03/2011. Jarbas Vasconcelos – Presidente da OAB/PA. Marcelo Augusto Teixeira de Brito Nobre – Conselheiro Relator da OAB/PA.**

Eslarecimentos

A OAB-PA, notifica os Advogados: R. N. C. D. (OAB-Pa nº 7105) e K. B. C. L. (OAB-PA nº 15461), através do expediente encaminhado pela Juíza Direito da 11ª Vara Criminal de Belém, para **prestarem esclarecimento**, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Belém, 21

de junho de 2013. Nelson Souza – Secretário-Geral Adjunto da OAB/PA.

DEFESA PRÉVIA

A OAB-PA, notifica os Advogados: M. A. C. da C. (OAB-PA nº 15279) qualificado no P.D. nº **036/13**, **M. W. S. de N. (OAB-TO nº 2898)** qualificado no P. D. nº **054/13**; e **J. G. S. da C. (OAB-PA nº 4350)** qualificado no P.D. nº **055/13** para prestarem **Defesa Prévia** (Art. 69, § 1º, do EOAB), no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Belém, 21 de junho de 2013. Nelson Souza – Secretário-Geral Adjunto da OAB/PA.

ALEGAÇÕES FINAIS

A OAB-PA, notifica o Representante: **J. L. da S. A. (OAB-PA nº 7654)** e o **Repdo: E. J. de O. (OAB-MG nº 55.161)**, qualificados no **P.D. 086/06**, para apresentarem **Aleagações Finais**, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Ficam também, notificados os advogados **L. S. N. da S. (OAB-PA nº 6695)** qualificada no **P.D. nº 300/03**; **A. da S. C. (OAB-SP nº 6695)** qualificado no **P.D. nº 117/09**; **M. M. S. F. (OAB-PA nº 9206)** qualificado no P.D. nº 136/10; **K. B. C. L. (OAB-PA nº 15461)** qualificada no **P.D. nº 250/11**; **M. A. de J. M. (OAB-PA nº 7363)** qualificado no **P.D. nº 073/12**; **M. H. R. A. (OAB-PA nº 9089)** qualificada no **P.D. nº 162/12**; **W. C. B. (OAB-MT nº 7870)** qualificado no **P.D. nº 185/11**; **C. C. F. (OAB-PA nº 13840-B)** qualificado no **P.D. 112/11** e o Representante José Carlos Barros, qualificado no **P.D. 057/12**, para apresentarem **alegações finais**, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do primeiro dia útil após a publicação deste. Belém, 21 de junho de 2013. **Nelson Souza – Secretário-Geral Adjunto da OAB/PA.**

Defesa Prévia (inadimplência de anuidades)

OAB/PA, através do Secretário Geral Adjunto, Nelson Souza, notifica da instauração de Processos Ético Disciplinares cujo objeto se refere à inadimplência de anuidades nos termos do art. 72 da Lei nº 8.906/94. Assim, no prazo de 15 dias após a publicação deste ficam notificados os Representados: E. G. de M. (OAB/PA 12264-A) qualificado no **PDI nº 007/13**; A. C. T. dos S. (OAB/PA 6106) qualificado no **PDI nº 011/13**; R. R. dos S. (OAB 5771) qualificado no **PDI nº 020/13**; C. A. O. do C. J. (OAB/PA 10392) qualificado no **PDI nº 021/13**; S. S. M. da L. (OAB/PA 5224) qualificada no **PDI. nº 023/13**; e J. M. C. da P. F. (OAB/PA 8976) qualificado no **PDI. nº 176/13** e; e para apresentarem **Defesa Prévia** (Art. 69, § 1º, do EOAB), sob pena de, ao final, sofrer suspensão do exercício da advocacia, até que satisfaça integralmente a dívida (Art. 37, I e § 2º). Por fim, caso os ilustres advogados estejam plenamente regulares perante a Tesouraria da Instituição, solicita-se que seja a presente desconsiderada, bem como a atenção de V. Exas. no sentido de apresentarem perante a OAB/PA o respectivo comprovante, para que possa ser prontamente regularizada a situação cadastral e arquivado o presente processo, devendo desconsiderar a presente notificação, se a regularização já estiver sido promovida.

**A TCN COMÉRCIO E CONSTRUÇÃO NAVAL
DO BRASIL LTDA**

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 544496

A TCN Comércio e Construção Naval do Brasil Ltda., torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, a Licença Ambiental de Operação - LAO para a atividade de construção de embarcações para uso comercial e para uso especiais na Rod. Augusto Montenegro km 05, SN – Parque verde- Belém/PA.

**CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE,
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 544516**

O Consorcio Construtor Belo Monte, CNPJ nº 13.380.006/0001-83, torna público que recebeu da Secretaria de Meio ambiente do Estado do Pará- SEMA, Diretoria de Recursos Hídricos – DIREH a Outorga nº 995/2013.referente a captação de águas do Igarapé do Pedrinho, Município de Vitória do Xingu PA.

**FLOREST VALE AGROINDUSTRIAL IMP. & EXP. LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 544558**

Florest Vale Agroindustrial Imp. & Exp. Ltda. - EPP CNPJ: 05.803.347/0005-10 torna publico que recebeu processo 031/12, da Sema a Licença de Instalação 003/13, com empreendimento no município de Curionópolis no Pará.

**HIDROVIAS DO BRASIL – MIRITITUBA S.A.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 544574**

A empresa **Hidroviás do Brasil – Miritituba S.A.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.611.567/0001-46, torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA/PA (Processo nº 2013/18296), a Licença de Instalação para implantação da Estação de Transbordo de Cargas HBSA Tapajós, no Município de Itaituba, no Estado do Pará.